



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

# Orçamento Anual – 2005





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
Germano Antônio Rigotto

**VICE-GOVERNADOR**  
Antônio Hohlfeldt

**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**  
Helena Maria Silva Coelho

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA**  
José Otávio Germano

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Paulo Michelucci Rodrigues

**SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO**  
Frederico Cantori Antunes

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**  
Odacir Klein

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS  
INTERNACIONAIS**  
Luis Roberto de Andrade Ponte

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
José Alberto Reus Fortunati

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
E DOS RECURSOS HUMANOS**  
Jorge Celso Gobbi

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**  
Osmar Gasparini Terra



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
Edir Pedro de Oliveira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES**  
Alexandre Postal

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES**  
Luiz Valdir Andres

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
João Carlos Brum Torres

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**  
Roque Jacoby

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Kalil Sehbe Neto

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER**  
Luis Augusto Barcellos Lara

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
Adilson Troca

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**  
Luiz Alfredo Schütz

**CHEFE DA CASA CIVIL**  
Alberto Walter de Oliveira

**CHEFE DA CASA MILITAR**  
Ten. Cel. Paulo Roberto Emanuelle Osório



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Alceu Moreira da Silva

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**

**RIO GRANDE DO SUL (INTERINO)**

Dep. João Fischer

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA REFORMA**

**AGRÁRIA E COOPERATIVISMO**

Vulmar Silveira Leite

**LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Dep. Janir Souza Branco

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

Des. Osvaldo Stefanello





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

# **Orçamento Anual 2005**

## **Volume I**

### **Índice**

	<b>PÁGINA</b>
<b>MENSAGEM .....</b>	<b>17</b>
<b>OF.GG/SJ 374/2004.....</b>	<b>19</b>
<b>1 O CENÁRIO ECONÔMICO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA .....</b>	<b>24</b>
<b>1.3 A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA GAÚCHA .....</b>	<b>26</b>
<b>1.4 PERSPECTIVAS.....</b>	<b>27</b>
<b>2 A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>2.1 FINANCIAMENTO PÚBLICO AO LONGO DO TEMPO.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.1 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2.2 DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>38</b>



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.2.3	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO.....	40
2.2.4	ICMS .....	41
2.3	OUTROS AGREGADOS IMPORTANTES DAS CONTAS PÚBLICAS .....	42
2.3.1	DESONERAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES .....	42
2.3.2	INVESTIMENTOS PÚBLICOS .....	43
2.4	COSULTA POPULAR .....	46
2.5	A DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS.....	50
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
3	A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005 .....	52
3.1	ESTIMATIVA DA RECEITA .....	52
3.2	FIXAÇÃO DA DESPESA.....	54
	ANEXOS .....	55
	LEI Nº 12.180 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2004 .....	59
	ANEXOS QUE INTEGRAM A LEI ORÇAMENTÁRIA .....	73
	ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA POR FONTES E SEU DETALHAMENTO POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO (DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL).....	75
	ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS.....	135
	ANEXO III - PROGRAMA DE TRABALHO DE CADA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA .....	141
	PODER LEGISLATIVO.....	143
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.....	145
	01.01 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.....	150
	01.33 - ENCARGOS GERAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.....	153



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.71 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – FRAL .....	155
01.86 - FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR .....	156
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO .....	157
02.01 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO .....	163
02.33 - ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	165
02.85 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO .....	167
PODER JUDICIÁRIO .....	169
TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	171
03.01 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	176
03.33 - ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	177
03.92 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO.....	179
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO.....	181
07.01 - JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO.....	186
07.33 - ENCARGOS GERAIS DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO .....	187
MINISTÉRIO PÚBLICO .....	189
MINISTÉRIO PÚBLICO .....	191
09.01 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	198
09.33 - ENCARGOS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	200
09.79 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	202
PODER EXECUTIVO .....	203
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE .....	205
05.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	213



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

05.84 - FUNDO PRÓ-GUAÍBA .....	219
05.89 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FUNDEFLORE.....	222
05.98 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE RECURSOS HÍDRICOS DO RS - FRH .....	225
05.99 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA.....	228
05.61 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL - FZB .....	233
05.67 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL "HENRIQUE LUÍS ROESSLER" - FEPAM .....	243
<b>GOVERNO DO ESTADO .....</b>	<b>247</b>
08.01 - GABINETE DO GOVERNADOR.....	256
08.02 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR .....	259
08.03 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	261
08.05 - GABINETE DE REFORMA AGRÁRIA .....	262
08.91 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO - FUNDECOOP .....	265
08.97 - FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FUNTERRA.....	266
08.39 - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL - AGERGS .....	272
<b>PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO .....</b>	<b>277</b>
10.01 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO .....	282
10.87 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PRODURADORIA-GERAL DO ESTADO .....	283
<b>SECRETARIA DA CULTURA .....</b>	<b>285</b>
11.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	292
11.74 - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FACRS .....	299



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.57 - FUNDAÇÃO ORQUESTA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE - FOSPA .....	304
11.62 - FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE- FIGTF .....	311
11.65 - FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO - FCP-RTV.....	318
11.66 - FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO - FTSP .....	324
<b>SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA .....</b>	<b>327</b>
12.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	337
12.02 - SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS - SUSEPE.....	341
12.03 - BRIGADA MILITAR - BM.....	346
12.04 - POLÍCIA CIVIL - PC .....	352
12.05 - INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS .....	354
12.06 - FUNDO DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA - FUNDO PROTEGE .....	356
12.60 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FESP .....	357
12.96 - FUNDO PENITENCIÁRIO .....	364
12.44 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS .....	368
<b>SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.....</b>	<b>371</b>
13.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	378
13.46 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	382
13.53 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER" - FEE.....	386
<b>SECRETARIA DA FAZENDA .....</b>	<b>389</b>
14.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	396



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO .....	407
15.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	416
15.62 - FUNDO RS RURAL.....	423
15.63 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA VITINICULTURA.....	425
15.65 - FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL - FESA.....	427
15.76 - FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS.....	428
15.94 - FUNDO DE APOIO AO SETOR PRIMÁRIO.....	430
15.98 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURO AGRÍCOLA.....	432
15.38 - INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ – IRGA .....	437
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS .....	441
16.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	449
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES .....	463
17.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	469
SECRETARIA DOS TRANSPORTES.....	473
18.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	480
18.35 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER.....	490
18.36 - SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS - SPH .....	503
18.43 - SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE.....	510
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO .....	513
19.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	521
19.33 - ENCARGOS GERAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO .....	536



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.53 - SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RS – SUEPRO .....	537
19.50 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS.....	546
19.55 - FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL – FADERS .....	551
19.56 - FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA - FETLSVC .....	558
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE.....	561
20.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	570
20.33 - ENCARGOS GERAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE .....	578
20.47 - FUNDO DE APOIO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS.....	580
20.95 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE .....	581
20.69 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE - FEPPS .....	599
SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	609
21.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	617
21.73 - FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E O ADOLESCENTE .....	626
21.77 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	628
21.78 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	629
21.48 - FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL - FPERGS .....	634
21.58 - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE.....	641
21.59 - FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - FGTAS.....	649



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

### DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO .....	655
22.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	662
SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER .....	671
23.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	677
23.47 - FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL - FUNDERGS.....	684
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS.....	687
24.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS .....	694
24.82 – FUNDO ESTADUAL DE GESTÃO PATRIMONIAL – FEGEP .....	698
24.42 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS.....	703
24.54 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS - FDRH.....	717
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	721
25.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	728
25.51 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS .....	736
25.52 - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC .....	742
25.68 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - FEPAGRO .....	748
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	751
27.01 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO .....	756
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO .....	757
30.01 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO .....	762
30.88 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	763



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	765
32.01 - GABINETE E ÓRGÃOS CENTRAIS.....	772
32.83 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	774
32.64 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN ....	784
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO .....	797
33.01 - ENCARGOS GERAIS DO PODER EXECUTIVO .....	801
33.03 - SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - A CARGO DO PODER JUDICIÁRIO .....	805
33.05 - SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	806
33.06 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS.....	807
RESERVA DE CONTINGÊNCIA .....	809
34.01 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA .....	812





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

# MENSAGEM





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

OF. GG/SJ 374/2004

Porto Alegre, 15 de setembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul e o Orçamento das Estatais para o ano de 2005, em cumprimento ao disposto no artigo 152, § 8º, inciso III, da Constituição Estadual.

A transparência na elaboração e execução da peça orçamentária é compromisso desta Administração. Assim, na montagem desta peça, procuramos apresentar à Sociedade Gaúcha um quadro claro e objetivo da situação financeira do Estado, tanto no que diz respeito à exiguidade dos recursos quanto com relação às possibilidades de incremento e/ou preservação das despesas na área social e de realização de investimentos.

Este Governo luta, desde o início, contra enormes dificuldades financeiras, originadas em problemas históricos e estruturais de nosso Estado, como sabido, agravados substancialmente nos últimos anos.

Na proposta que agora encaminho a essa egrégia Assembléia Legislativa persistem essas mesmas dificuldades, ainda que o déficit orçamentário aqui estimado seja inferior ao previsto na proposta orçamentária ora em execução. Essa melhora deve ser atribuída às providências para incremento da receita e de controle e racionalização do gasto que vimos implementando desde o início de nosso período administrativo.

No entanto, a despeito desses avanços, o equilíbrio do resultado orçamentário no próximo ano só será obtido se viabilizadas as receitas extraordinárias previstas nesta peça, notadamente (i) o incremento substancial dos ressarcimentos a serem obtidos no marco da denominada Lei Kandir, (ii) o recebimento de valores referentes a investimentos feitos pelo Estado em rodovias federais, assim como (iii) a contratação de uma operação de crédito especial destinada a reduzir os ônus do endividamento público.

De outra parte, não obstante às restrições a que se acaba de fazer referência, é absolutamente evidente que o orçamento público estadual é uma peça de grande importância econômica, eis que a despesa global – de R\$ 17,3 bilhões – representa, em média, 12% do PIB Estadual. É fundamental entender, porém, que essa alta expressão quantitativa do gasto público precisa ser acompanhada de uma correspondente qualificação das despesas governamentais. Foi precisamente a consciência dessa exigência que nos levou a estruturar o conjunto de programas integrantes deste documento em função dos compromissos de nosso Governo (i) com a inclusão social, (ii) com a atração de investimentos e a dinamização do desenvolvimento econômico, (iii) com o combate às desigualdades regionais e (iv) com a modernização dos serviços públicos.

Destaco, ainda, que a Proposta Orçamentária para 2005 foi construída a partir de um diálogo intenso e crescente com a sociedade gaúcha, através do processo de Consulta Popular, o qual levou às urnas 581.115 gaúchos e se constituiu no maior esforço até agora feito para democratizar e regionalizar participativamente a despesa pública, compreendendo tanto investimentos, quanto serviços públicos. O resultado das prioridades escolhidas regionalmente por nossa comunidade está incorporado na presente proposta e deve ser agora submetido à avaliação e à legitimação final por esse Parlamento, representante constitucionalmente soberano dos interesses do povo gaúcho.

Apraz-me ainda assinalar que é de otimismo a mensagem que dirijo a Vossa Excelência e a seus excelentíssimos pares. Estou convicto de que o clima de entendimento e cooperação que procurei devolver ao nosso Estado começa a dar frutos. O crescimento do Produto Interno Bruto Estadual de 4,7% em 2003 é um sinal alvissareiro dessa nova e melhor situação. De outra parte, a peça que ora submeto à apreciação desse Parlamento indica que na



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

área pública estamos fazendo a nossa parte, pois, neste documento, ao mesmo tempo em que se expressa a mais estrita austeridade orçamentária, já se evidenciam resultados com relação à qualidade e à produtividade das despesas governamentais.

Devo registrar, porém, que o saneamento estrutural e definitivo das finanças públicas estaduais só poderá ser alcançado se efetivadas as mudanças no pacto federativo pelas quais nos vimos batendo; notadamente, uma reforma tributária que reverta a centralização das receitas na União ocorridas nas últimas duas décadas e uma revisão geral da distribuição de encargos entre as esferas de poder.

Por fim, ao formalizar a presente entrega da Proposta Orçamentária para o exercício de 2005, transmito a Vossa Excelência e a todos os demais excelentíssimos membros desse Poder, meus votos da mais alta consideração.

Germano Antônio Rigotto,  
Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Excelentíssimo Senhor Deputado Dep. João Fischer,  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado (Interino),  
**NESTA CAPITAL.**



## 1 O CENÁRIO ECONÔMICO

### 1.1 Panorama Econômico Internacional

A economia internacional iniciou o segundo semestre de 2004 sob a perspectiva da retomada global, embora se mantenham profundas incertezas relacionadas ao desempenho de países do Primeiro Mundo, à fragilidade do dólar, ao financiamento dos déficits gêmeos — fiscal e contas externas — dos Estados Unidos, ao mercado do petróleo, ao crescimento pujante da China e à liberalização do comércio internacional.

Os dados disponíveis em âmbito global (Tabela 1) evidenciam que, durante o decênio 1996-05, a economia mundial deverá crescer à taxa média anual de 3,8%, um desempenho melhor que o da década imediatamente anterior (1986-95), quando o incremento foi de apenas 3,3% ao ano. Mesmo assim, foi durante a transição da década passada para a atual que houve uma desaceleração no contexto das economias avançadas, e que se reduziu a média do período para uma taxa de 2,8% ao ano, um comportamento tímido perante o resultado de 5,0% ao ano, alcançado por mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

**Tabela 1**  
**Crescimento real do Produto Interno Bruto global —1986-05**

ECONOMIAS	MÉDIAS ANUAIS DECENAIAS	
	1986-95	1996-05
Mundial	3,3	3,8
Avançadas	3,0	2,8
Em desenvolvimento	3,7	5,0

Fonte: World Economic Outlook, FMI, abril de 2004.

Nota: Taxas anuais calculadas a partir de dados trimestrais sazonalmente ajustados.

O desempenho limitado recente da economia mundial, e mais precisamente o das economias avançadas, pode ser encontrado no nível de atividade dos Estados Unidos durante o exercício de 2001. Naquela oportunidade, as economias avançadas cresceram 1,1% (Tabela 2), ao mesmo tempo em que a



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

economia norte-americana registrou um incremento de apenas 0,5%. Depois de conviver com avanços médios anuais em torno de 4,0% desde meados dos anos 90, a maior economia do mundo enfrentou uma recessão — a primeira desde a ocorrida no verão de 1990, enquanto a desaceleração atingiu o Japão e a Alemanha, que apresentaram inexpressivos ritmos de crescimento de 0,4% e 0,8% respectivamente.

A partir de 2002, as análises econômicas têm-se concentrado em torno do momento e da intensidade com que a retomada mundial se concretizaria. Assim, percebe-se, pelos dados disponíveis, que as economias avançadas cresceram 2,1% em 2003 e já retornaram ao patamar do final da década passada, com desempenho de 3,5% no corrente ano.

Todavia o resultado das economias avançadas decorre principalmente da forte recuperação da economia norte-americana, com taxa de 3,1% em 2003 e da volta a um excepcional desempenho de 4,6% no exercício atual. A dúvida fica por conta da possibilidade de a retomada mundial vir a acontecer em um futuro próximo, a partir de uma nação que se encontra imersa em um ambiente belicoso no Iraque. A elevação das despesas públicas para manter as forças armadas pressiona, sistematicamente, o déficit público no Governo Bush, uma posição inversa àquela deixada pela Gestão Clinton, quando havia um robusto e crescente superávit. Além disso, há preocupação com a inflação nos Estados Unidos, dada a pressão das ameaças terroristas sobre o preço do barril de petróleo, após o atentado de Madri, e do consumo crescente do Hemisfério Norte, devido à chegada do inverno no mês de setembro.

**Tabela 2**  
**Crescimento Real do Produto Interno Bruto das Economias Avançadas — 2002/04**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004
<b>ECONOMIAS AVANÇADAS</b>	3,8	1,1	1,7	2,1	3,5
Estados Unidos	3,7	0,5	2,2	3,1	4,6
Área Euro	3,5	1,6	0,9	0,4	1,7
Alemanha	2,9	0,8	0,2	-0,1	1,6
Japão	2,8	0,4	-0,3	2,7	3,4
<b>OUTRAS ECONOMIAS</b>					
China	8,0	7,5	8,0	9,1	8,5

Fonte: World Economic Outlook, FMI, abril de 2004.

Nota: Taxas anuais calculadas a partir de dados trimestrais sazonalmente ajustados.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

O Japão permaneceu estagnado em 2002, com a atividade econômica recuando 0,3%, porém ensaiou uma recuperação em 2003, quando o PIB cresceu 2,7%, com forte impacto das exportações destinadas à China. Mesmo que a base de comparação seja frágil por causa da década de desempenho insatisfatório que se seguiu à ruptura da Bolsa, em 1990, após o Nikkei superar a marca de 40 mil pontos, as perspectivas para esse ano mantinham, até recentemente, a tendência de alta, com o Produto crescendo 3,4%. Progressivamente, as adversidades aliadas à deflação, à inadimplência, à ação dos conglomerados e à crise bancária deram lugar a uma conjuntura de estabilidade e crescimento econômico. É o que estava ocorrendo com o país que detém reservas internacionais da ordem de US\$819,2 bilhões, e cujas empresas começavam a visualizar perspectivas promissoras para novos investimentos. Todavia a divulgação de um incremento de apenas 1,7% no segundo trimestre desse ano — consumo e investimento ficaram aquém do esperado —, quando os analistas esperavam um avanço de 4,2%, após o PIB ter crescido 6,6% nos três primeiros meses do ano, deixou os agentes econômicos com dúvidas sobre o comportamento futuro da economia no que diz respeito ao curto prazo.

No caso da Área Euro, as dificuldades de recuperação são maiores. A desaceleração manteve-se, no biênio 2002-03, com o Produto crescendo a taxas inferiores a 1% ao ano. A própria Alemanha, que havia registrado um incremento inexpressivo de 0,2% na atividade econômica, em 2002, conviveu com um recuo da mesma da ordem de 0,1% no ano passado. De qualquer forma, para esse exercício, está prevista uma recuperação parcial (1,7%) das economias da Área Euro, em geral, e da Alemanha (1,6%), em particular. A complexidade do ambiente econômico europeu decorre, dentre outras causas, da ampliação do bloco no dia 11 de maio próximo passado, das divergências entre os países que apoiaram e os que foram contrários à intervenção norte-americana no Iraque, da manutenção da trajetória de queda da renda *per capita* do bloco quando comparada à equivalente dos Estados Unidos, da demora em superar as dificuldades para acordar a nova Constituição, das divergências entre a Comissão Européia e os Governos da Alemanha e da França para cumprirem as exigências das disposições fiscais previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), bem como da pressão internacional para a eliminação de subsídios à agricultura, dada a aprovação, em setembro do ano passado, da nova Política Agrária Comum (PAC).

A fragilidade do dólar, acentuada desde a desaceleração econômica de 2001, combinada com o déficit das contas externas dos Estados Unidos, tem levado as autoridades norte-americanas a pressionarem os governos do Japão e da China para que fortaleçam suas moedas, no que não têm sido atendidas. O Japão defende acirradamente o iene, enquanto a China, que apresenta um desempenho econômico excepcional, com taxas de crescimento em torno de 8% ao ano (Tabela 2), tem sua moeda atrelada ao dólar (câmbio fixo de 8,28 yuans por dólar). As reservas japonesas (US\$819,2 bilhões) e chinesas (US\$470 bilhões) crescem de importância no panorama atual, à medida que contribuem de forma decisiva para o financiamento do déficit nas contas externas norte-americanas.

Paralelamente, a debilidade da moeda norte-americana foi acompanhada por um fortalecimento do euro e por uma redução da competitividade das exportações do Velho Continente na ocasião em que a economia regional se encontrava em plena desaceleração.

O petróleo é um dos principais responsáveis pela incerteza presente na conjuntura internacional. A cotação do barril de petróleo no mercado de Nova Iorque elevou-se de US\$29,54 em 30 de dezembro de 2003 para US\$44,15 no início de agosto deste ano. A pressão sobre a inflação levou as autoridades do Sistema de Reserva Federal norte-americano a elevar a taxa básica de juros, que se encontrava em 1% a.a., o patamar mais baixo das últimas décadas, para 1,25% a.a., em 30 de junho de 2001, e para 1,50% a.a., em 10 de agosto de 2004.



Por fim, o centro das atenções do panorama econômico mundial está voltado para os avanços e percalços da Agenda Doha. A liberalização do comércio internacional sofreu solução de continuidade em diversas oportunidades, devido às dificuldades em harmonizar interesses comerciais conflitantes. Um exemplo da controvérsia pode ser encontrado na discussão em torno dos subsídios agrícolas, em que a tradicional posição japonesa, combinada com a nova Política Agrária Comum europeia e com a *Farm Bill* norte-americana, gerou um impasse que se tornou quase intransponível. A criação do Grupo dos 20, a dificuldade em manter as interinidades de prazos — fins de julho passado para o caso do corte nos subsídios, a busca de acordo para comércio e serviços, as questões de Cingapura — compras governamentais, investimentos e concorrência, a tendência do Primeiro Mundo em equiparar mercadorias submetidas às cotas a produtos sensíveis, os pagamentos contracíclicos, enfim, muitos são os tópicos que emperraram a flexibilização da Agenda ao longo das negociações.

## 1.2 O Comportamento da Economia Brasileira

A economia brasileira percorreu o primeiro semestre de 2004 na tentativa de deixar para trás os três anos consecutivos de estagnação. Após a flexibilização da política econômica, em janeiro de 1999, o PIB do Brasil avançou 3,8% em 2000 (Tabela 3), porém apresentou crescimento insuficiente desde então, com incrementos de 2,3%, 0,9% e 0,2% em 2001, 2002 e 2003 respectivamente. É importante considerar que, independentemente da expectativa de que a economia retomará o crescimento em 2004, no primeiro semestre de 2004 o incremento do PIB foi de 4,2%.

**Tabela 3**  
**Crescimento do PIB do Brasil e dos produtos setoriais — 2000-03**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003
Brasil	3,8	2,3	0,9	-0,2
Agropecuária	3,9	3,8	6,5	5,0
Indústria	4,0	1,1	-0,2	-1,0
Serviços	3,5	2,8	1,5	-0,1

Fonte: FEE.

A grande conquista dos anos 90 — o controle da inflação — foi mantida; à medida que a ameaça de o incremento dos preços recrudescer após as eleições de 2002 foi prontamente contida, com a manutenção da agenda econômica na transição presidencial.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

As metas da inflação, todavia, não têm sido cumpridas. Em 2004, há um compromisso das autoridades brasileiras com a meta de 5,5% para a inflação medida pelo IPCA, porém, em fins de julho desse ano, a inflação acumulada nos últimos 12 meses era de 6,81%. As expectativas do mercado, segundo a pesquisa mensal do Banco Central, são de que a inflação permaneça no patamar de 7% no fechamento do exercício. Embora não haja risco de descontrole no comportamento da inflação, as pressões da telefonia e dos combustíveis permaneciam sobre o sistema de preços em agosto de 2004.

O comportamento da agropecuária (Tabela 3) impediu que a atividade econômica apresentasse uma taxa de crescimento menor do PIB brasileiro ao longo da desaceleração econômica do período 2001-03. Assim, como já ocorrera na década passada com a âncora verde, a balança comercial do campo registra, no presente, um desempenho notável, ao reduzir a dependência externa brasileira.

As exportações do agronegócio, nos últimos 12 meses até o mês de julho, registraram a expressiva soma de US\$36,7 bilhões. Na conjuntura atual, a importância do *agribusiness* é imensa, conforme se pode verificar no saldo da balança comercial do setor referente ao período janeiro-julho, quando o valor alcançado atingiu US\$19,4 bilhões. O otimismo é tal que os analistas econômicos projetam um avanço desse saldo para US\$30 bilhões ao final do corrente ano.

Já a indústria brasileira, em seu conjunto, apresentou um desempenho sofrível no triênio 2001-2003, tendo retrocedido 0,2% em 2002 e 1,0 em 2003. Entretanto as estatísticas publicadas pela Confederação Nacional da Indústria têm registrado uma elevação na utilização da capacidade instalada pelo setor de 79,1% em agosto de 2003 para 83,3% em junho de 2004. Paralelamente, as vendas reais da indústria brasileira avançaram 16,8% no primeiro semestre de 2004, quando comparadas às de igual período do ano anterior. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), ao final do primeiro trimestre, a recessão iniciada no fim de 2002 foi superada, e a causa da recuperação foi determinada pela demanda externa. Embora a recuperação da economia brasileira passe pela retomada do crescimento industrial, é preciso lembrar que a base de comparação estava extremamente deprimida durante o ano de 2003.

Quanto ao setor de serviços, seu desempenho mostrou uma desaceleração no triênio 2001-2003, tendo o PIB setorial recuado 0,1% neste último exercício (Tabela 3). Porém, também aqui, os primeiros indícios de recuperação surgiram, incipiente e timidamente, no mês de agosto.

Na conjuntura brasileira atual, a preocupação maior de analistas e agentes econômicos está voltada para a dívida pública e para as taxas de juros.

No que diz respeito à dívida do Tesouro Nacional, há preocupações com o nível de seu estoque, com seu perfil e com o impacto que a mesma exerce sobre as finanças públicas estaduais e municipais. O estoque da dívida pública mobiliária no mês de julho era de R\$759,20 bilhões, sendo que a maior parcela, representando 53,77% do total, era pós-fixada, ou seja, estava atrelada a juros variáveis. No mesmo mês e dentro da estratégia colocada em prática pelo Governo Federal, a parcela da dívida indexada ao câmbio ficou reduzida a 14,1%. Por outro lado, o comprometimento de 13% das receitas correntes líquidas dos estados com pagamentos de débitos, acordado em 1997, hoje atinge 18,5%; ao mesmo tempo, o Fundo de Compensação de Exportações, que deveria socorrer os cofres dos estados com vocação exportadora, conforme negociações levadas a efeito por ocasião da aprovação da reforma tributária, carece de regulamentação.



Por último, a prática das taxas de juros nos patamares atuais gera um forte impacto sobre a dívida pública e inibe investimentos, uma condição indispensável para que a economia possa manter taxas de crescimento do PIB condizentes com as necessidades da economia brasileira. A manutenção das taxas de juros atuais implica prática de *spread* bancário, que consiste na diferença entre o custo de captação do dinheiro e os juros cobrados ao consumidor, extremamente elevados, tendo alcançado o nível de 45%, na média, durante o exercício de 2003.

### 1.3 A Trajetória Recente da Economia Gaúcha

Neste início do último semestre de 2004, o Rio Grande do Sul tem a comemorar o final da desaceleração econômica que atingiu a economia gaúcha no triênio 2000-2002, quando a economia estadual, após crescer 4,6% em 2000, passou a conviver com taxas menores de crescimento do PIB, ou seja, 3,0% em 2001 e 1,4% em 2002. Em 2003, com o PIB apresentando um incremento de 4,7% (Tabela 4), houve uma reversão no comportamento recente da economia gaúcha.

**Tabela 4**  
**Crescimento do PIB e do Valor Adicionado Bruto (VAB), por Setor de Atividade, no RS — 2000-03**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003
RS	4,6	2,0	0,4	4,7
Agropecuária	2,7	12,0	-2,0	18,5
Indústria	7,5	2,3	3,8	2,9
Serviços	3,0	2,4	1,2	1,7

Fonte: FEE.

O fim da desaceleração econômica está relacionado, principalmente, ao comportamento do agronegócio e das exportações estaduais.

Em 2003, o Valor Adicionado Bruto da agropecuária cresceu 18,5%, fruto de um desempenho extraordinário da lavoura gaúcha. No exercício, houve crescimentos significativos nas safras de soja (70,7%), milho (39,1%) e trigo (83,8%).



A safra de soja de aproximadamente 9,6 milhões de toneladas foi um ponto de destaque nas exportações gaúchas, inclusive na corrente de comércio brasileira, dado o impacto que a mesma exerce na redução da dependência externa nacional. Os incrementos de produtividade nos três produtos, 57,2% na soja, 43,8% no milho e 39,8% no trigo, explicam o êxito alcançado pela lavoura gaúcha em 2003.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria registrou um avanço de 2,9% em 2003, evidenciando uma participação ativa na recuperação regional. Embora não comparáveis entre si — VAB da indústria gaúcha e PIB da indústria brasileira — é conveniente lembrar que, enquanto o PIB da indústria brasileira diminuiu 1% em 2003, no mesmo período, gêneros importantes da indústria gaúcha apresentaram bom desempenho, como foram os casos da indústria mecânica (21,5%), papel e papelão (13,7%), couros e peles (8,2%), material de transporte (6,8%), metalúrgica (3,9%), química (3,7%) e têxtil (3,7%).

O Valor Adicionado Bruto do setor de serviços cresceu 1,7% em 2003, com uma referência para a queda estimada de 0,3% no segmento comércio. Esse desempenho do comércio acompanha o comportamento do segmento como um todo no País, face à estagnação que atingiu a economia brasileira no período recente.

Quanto às relações da economia gaúcha para o Exterior, cabe o registro de que as exportações estaduais totalizaram US\$ FOB 6.702.489.000,00 em 2003, implicando aumento de 24,26% sobre as do ano anterior. Os bens intermediários, representando 58,81% do total exportado, lideraram a pauta das exportações estaduais, secundados por bens de consumo (30,01%) e bens de capital (9,86%). Segundo o destino, os principais produtos exportados foram: calçados (Estados Unidos, Reino Unido e Argentina), soja em grão (China, Taiwan e Alemanha), farelo de soja (Arábia Saudita, Tailândia e Espanha), óleo (República Islâmica do Irã, China e Índia), carnes (Federação Russa, Arábia Saudita e Países Baixos), fumo (Estados Unidos, Alemanha e Países Baixos), couros (Itália, Hong Kong e Estados Unidos), produtos petroquímicos (Argentina, Chile e Bélgica), motores a diesel (Estados Unidos, México e República Islâmica do Irã), móveis (Estados Unidos, Reino Unido e França), produtos químicos orgânicos (Estados Unidos, Argentina e Países Baixos), borracha e suas obras (Estados Unidos, Itália e Argentina), carrocerias (África do Sul, México e Chile) e tratores (Argentina, Estados Unidos e Paraguai), dentre outros.

## **1.4 Perspectivas**

O cenário econômico para 2005 prevê a consolidação da retomada do crescimento econômico global, embora as restrições originadas no mercado do petróleo e no financiamento dos déficits gêmeos — fiscal e contas externas — norte-americanos possam atrasar o processo de recuperação mundial.

As previsões são de que as economias avançadas crescerão 3,5% em 2004 e 3,1% em 2005, com a inflação mantendo-se em 1,7% ao ano (Tabela 5). Os Estados Unidos prosseguirão liderando a retomada mundial, com o PIB crescendo 3,9% em 2005. A preocupação maior com os países do Primeiro Mundo está relacionada à possibilidade de manutenção da deflação em território nipônico. A China (8,0%) e o Brasil (3,5%) também avançarão em 2005, porém seguindo taxas diferenciadas de crescimento econômico e com inflação em queda.



**Tabela 5**  
**Crescimento do PIB e Expectativa de Inflação (IPC) em Economias Selecionadas — 2004-05**

(%)

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO DO PIB		INFLAÇÃO (IPC)	
	2004	2005	2004	2005
<b>ECONOMIAS AVANÇADAS</b>	3,5	3,1	1,7	1,7
Estados Unidos	4,6	3,9	2,3	2,2
Área Euro	1,7	2,3	1,7	1,6
Alemanha	1,6	1,9	1,0	0,9
Japão	3,4	1,9	-0,4	-0,1
<b>OUTRAS ECONOMIAS</b>				
China	8,5	8,0	3,5	3,0
Brasil	3,5	3,5	5,9	4,7

Fonte: FEE.

No ambiente econômico internacional, a OPEP está no limite de sua capacidade de expandir a produção de petróleo para fazer frente ao choque de oferta ocorrido no primeiro semestre de 2004. As limitações da Organização implicam pressão inflacionária nos países do Primeiro Mundo e nas economias emergentes que não são auto-suficientes na produção de petróleo. A manutenção do ouro negro em níveis elevadíssimos está relacionada à incerteza em torno da segurança internacional em face de novos atentados terroristas. A perspectiva para o conflito no Iraque está atrelada ao resultado das eleições norte-americanas de 2 de novembro de 2004.

A correção das possíveis defasagens nos preços internos do diesel e da gasolina praticados no Brasil é um foco potencial de inflação. A meta da inflação acordada com o FMI para a economia brasileira em 2005 é de 4,5%, com margens de 2,5% para mais ou para menos, referência que pode não ser cumprida se os preços do barril de petróleo se mantiverem, durante um período maior de tempo, nos patamares atuais. A antecipação, pelo Governo Federal, para 2006 da auto-suficiência brasileira em petróleo, que estava prevista para 2007, e nas atuais condições, exerce um papel importante nas perspectivas da economia brasileira.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

Para que o Brasil avance rumo ao crescimento sustentável, é fundamental que o equilíbrio fiscal permaneça como prioritário para as autoridades governamentais. A elevação do superávit primário nos primeiros dias do atual Governo deu uma contribuição significativa para a manutenção da credibilidade externa do País. Paralelamente, é indispensável que o Governo prossiga reduzindo a exposição da dívida pública à taxa de câmbio, para que o estoque não fique sujeito às condições de vulnerabilidade do real. Simultaneamente, é indispensável que o Fundo de Compensação das Exportações seja regulamentado, pois é preciso harmonizar a redução da dependência externa via aumento das exportações com as finanças dos estados, parceiros fundamentais na empreitada para melhorar o saldo da balança comercial do País.

No plano das perspectivas, é importante reduzir o *spread* bancário para estimular investimentos e diminuir a pressão das taxas de juros sobre a dívida pública. A proposta da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de um lado, e os estudos dentro do Governo Federal, de outro, devem levar adiante um encaminhamento para superar a restrição vigente. A entidade dos intermediários financeiros propôs, na última semana de agosto, um acordo de permuta do compulsório e de impostos por produção e emprego. Haveria diminuição da arrecadação em troca de maior volume de crédito, que seria direcionado para cumprir metas por parte de empresas no que diz respeito aos níveis de produção e de geração de emprego, ambos determinados antecipadamente. O cadastro dos bons pagadores, proposto pelo Banco Central, também se inserirá nesse contexto que busca retirar o Brasil da incômoda situação de praticar juros elevadíssimos em uma conjuntura internacional marcada por inflação tênue e juros baixos.

Os investimentos, indispensáveis ao crescimento sustentável, viriam através das parcerias público-privadas (PPPs). A priorização da melhora na infraestrutura é uma condição *sine qua non* para projetar uma inserção maior da economia brasileira no contexto internacional. A preservação de megas saldos comerciais e a diminuição da dependência externa implicam infra-estrutura adequada às novas necessidades da economia, materializada na elevação da produção agropecuária. Paralelamente, para que a iniciativa obtenha êxito, é fundamental que as PPPs mantenham transparência no processo decisório e que dispositivos que preservem a responsabilidade fiscal não sejam relegados a um segundo plano.

As vitórias recentes do Brasil — algodão e açúcar — no painel da OMC acrescentam ainda mais otimismo aos bons resultados obtidos na corrente de comércio que o País mantém com o resto do mundo. Para que haja crescimento sustentável, é preciso preservar o excelente desempenho da balança comercial brasileira, e o êxito junto à OMC corrobora para que o País comece a buscar um espaço definitivo no processo de globalização.

Em termos regionais, a economia gaúcha praticamente antecipou, em 2003, a retomada do crescimento econômico que o País conhecerá até o final de 2004. O crescimento do PIB de 4,7%, em 2003 não deverá ser repetido em 2004, porque, ao contrário do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul passa a ter uma base de comparação elevada.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

Para 2005, a economia gaúcha deve manter a sustentabilidade de crescimento, caso não haja algum choque externo ou alteração significativa na política econômica do Governo Federal. Ao agronegócio e às exportações, deve-se reunir a contribuição da indústria, que esteve travada, como toda a indústria brasileira, como consequência da estagnação que assolou a economia brasileira em período recente. Também as parcerias público-privadas podem vir a participar ativamente da sustentabilidade gaúcha, no caso de a legislação específica avançar mais rapidamente no Congresso Nacional. Da mesma forma, as reformas microeconômicas devem dar novo alento aos agentes econômicos gaúchos, dadas a competitividade do produto estadual, a capacidade empreendedora do empresário e a excelente qualificação da classe trabalhadora local. Em 2005, os negócios regionais devem ser amplamente beneficiados pelo programa RS Competitivo, lançado pelo Governo Estadual em meados de agosto. O estímulo às compras de mercadorias e serviços de empresas localizadas no Estado enfoca a ação governamental para incentivar a produção gaúcha, ao mesmo tempo em que combate os incentivos fiscais predatórios concedidos por outros estados. O amplo espectro de setores que serão beneficiados evidencia o acerto da medida, que proverá aumentos de renda e emprego ao cidadão gaúcho.



## 2 SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS

O quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é bastante delicado. O arrecadado é insuficiente para fazer frente ao montante das despesas, a maior parte delas rígidas, isto é, obrigações que o poder público não pode elidir.

As dificuldades estão presentes na maioria dos demais entes federativos, contudo são os Estados os mais penalizados por sua situação fiscal. O déficit público do Estado do Rio Grande do Sul vem se mantendo em patamares elevados há muitos anos. No entanto há um lento e gradual ajuste estrutural em curso. Essa tendência aparece na evolução dos resultados primários a partir de 1998; na evolução do Patrimônio Financeiro, que teve déficits crescentes entre 1998 e 2002, estabilizando e até cedendo em 2003 em relação a 2002, sobretudo em razão da desoneração das exportações.

Pelo lado das receitas, há anos essas não crescem na mesma proporção das necessidades do Tesouro. A expectativa animadora vem da previsão de um período de crescimento econômico sustentável e duradouro para o País, capaz de gerar um retorno maior de tributos, bem como da expectativa da aprovação da reforma tributária e da revisão do pacto federativo.

Adiante se faz uma avaliação da **Situação das Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul**. O **Item 1.1** mostra como os governos **financiaram seus déficits** ao longo do tempo; o **Item 1.2** apresenta a **evolução de alguns indicadores** das contas públicas estaduais e o **Item 1.3** dá uma visão do **desequilíbrio** das contas públicas. O **Subitem 1.3.1** discorre sobre as **Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**; o **Subitem 1.3.2** analisa a **Dívida Pública**; o **Subitem 1.3.3** estuda as **Transferências Constitucionais** da União; e o **Subitem 1.3.4** aborda o **ICMS**. O **Item 1.4** trabalha **Outros Agregados Importantes das Contas Públicas**. O **Subitem 1.4.1** analisa a **Desoneração das Exportações**; e o **Subitem 1.4.2** descreve os **Investimentos Públicos**; o **Item 1.5** evidencia a consulta Popular; o **Item 1.6** trata da **Distribuição da Despesa entre as Áreas Governamentais**. Por fim, o **Item 1.7** dá as **Considerações Finais**.

### 2.1 Financiamento Público ao Longo do Tempo

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há mais de três décadas. O “equilíbrio” era mantido, ora com endividamento suportado por operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. Em outras épocas, o financiamento foi feito através do processo inflacionário; mais recentemente, pelas privatizações, pelo uso do Caixa Único e pelos saques de Depósitos Judiciais.

Tendo em vista que se esgotaram as alternativas tradicionais de fechamentos das contas, a gestão orçamentária realiza um enorme esforço na contenção de despesas e na alocação correta dos poucos recursos de investimentos. Instrumentos estratégicos são a **Junta de Coordenação Financeira**, o **Comitê**



de Racionalização do Gasto Público e o Grupo de Assessoramento Especial, órgãos encarregados de zelar pela austeridade e pela qualidade da despesa pública.

## 2.2 Evolução de Alguns Indicadores das Contas Públicas Estaduais

É importante destacar a evolução de alguns indicadores financeiros, no intuito de mostrar a real situação atual do Estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente, a **Tabela 6** apresenta a evolução dos **Resultados Primário<sup>1</sup>** e **Orçamentário<sup>2</sup>** da Administração Direta. Consta-se a frequência de resultados negativos na série histórica. Giza-se que, a partir de 1999, houve uma mudança gradativa da evolução das contas, invertendo continuados saldos negativos através de um controle sistemático do gasto público.

**Tabela 6**  
Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário da Administração Direta / 1970-2003 (em R\$ 1.000,00)

ANOS	PRIMÁRIO	ORÇAMENTÁRIO
1970	-208.189	-238.120
1971	-116.680	-93.128
1972	-310.620	-169.621
1973	-470.510	-315.721
1973	-470.510	-315.7231
1974	-796.418	-315.731
1975	-1.160.198	-465.748
1976	-1.461.808	-1.011.304
1977	-203.972	-362.052
1978	-814.396	170.843
1979	-812.258	-305.716
1980	-681.339	-356.358
1981	-1.548.642	-376.669

<sup>1</sup> **Resultado Primário:** é o resultado da conta-receita menos a despesa não-financeira, ou seja, não inclui o gasto com juros da dívida.

<sup>2</sup> **Resultado Orçamentário:** é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANOS	PRIMÁRIO	ORÇAMENTÁRIO
1982	-2.364.825	-963.827
1983	-1.985.827	-3.625.714
1984	-1.337.893	-1.688.042
1985	-1.639.970	-5.978.683
1986	-1.112.022	-1.658.442
1987	-802.341	-623.613
1988	-775.062	-558.802
1989	-1.877.079	108.471
1990	-2.097.908	-463.893
1991	-445.520	-403.109
1992	-2.528.438	-748.130
1993	-1.468.349	-353.439
1994	-632.286	-525.279
1995	-746.586	-1.263.384
1996	-1.303.342	75.549
1997	-1.587.724	895.775
1998	-2.054.761	744.448
1999	-927.942	-1.373.327
2000	-509.849	-883.309
2001	-137.444	-791.166
2002	<b>388.527</b>	<b>182.066</b>
2003	236.990	-77.607

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota 1: Os valores estão a preços de dez/03 e inflacionados pelo IGP-DI médio anual.

Nota 2: O Resultado Primário de 2003, em preços correntes, monta em R\$192.989 mil, conforme página 84 do Balanço Geral do Estado de 2003.

Nota 3: O Resultado Orçamentário de 2003, em preços correntes, monta em R\$ - 63.198 mil, conforme página 82 do Balanço Geral do Estado de 2003.

Outro indicador das dificuldades enfrentadas pelo Estado é a evolução do seu **Patrimônio Financeiro**. A partir de 1999, começaram os saques do SIAC (Caixa Único). Tanto a Situação Líquida Financeira, como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real tiveram, a partir dessa data, saldos negativos contínuos. A **Tabela 7** mostra que, entre 1998 e 2003, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 1.522,2 milhão negativo. Já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhão negativo para R\$ 1.228,1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

milhão negativo. Contudo o grande salto se deu na Situação Líquida Financeira Real, que entre 1998 e 2003 passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 3.636,5 milhões negativos, estabilizando-se em um patamar inferior ao ano de 2002, de R\$ 3.787,5 milhões negativos.

**Tabela 7**  
**Evolução do Patrimônio Financeiro do Estado do RS / 1998-2003 (em milhão de Real)**

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003 (**)
Ativo Financeiro	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9
Passivo Financeiro	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1
<b>Situação Líquida Financeira</b>	<b>211,9</b>	<b>(555,0)</b>	<b>(1.117,0)</b>	<b>(1.673,0)</b>	<b>(1.527,5)</b>	<b>(1.522,2)</b>
Situação Líquida Financeira Potencial	(1.048,0)	(1.065,0)	(967,0)	(1.335,0)	(1.048,7)	(1.228,1)
Dívidas Pendentes de Registro					(672,5)	(585,2)
Cancelamento de Empenhos					(169,0)	(301,0)
Outras Dívidas Identificadas					(369,8)	-
<b>Situação Líquida Financeira Real</b>	<b>(836,1)</b>	<b>(1.620,0)</b>	<b>(2.084,0)</b>	<b>(3.008,0)</b>	<b>(3.787,5)</b>	<b>(3.636,5)</b>
Coeficiente de liquidez corrente	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29
<b>Saldos Atualizados (*)-</b>						
Situação Líquida Financeira	419,5	-915,7	-1.678,4	-2.277,1	-1.644,7	-1.522,2
Situação Líquida Financeira Real	-1.655,1	-2.672,9	-3.131,4	-4.094,0	-4.078,0	-3.636,5
Resultado Primário	-2.054.761	-927.972	-509.849	-137.444	388.527	236.990
Resultado Orçamentário	744.448	-1.373.327	-883.309	-791.166	182.066	-77.607

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

(\*) Deflator: IGP-DI de dezembro de 2003.

(\*\*) A conta "resgates do SIAC" em 31-12-2003, no valor de R\$ 1.663,3 milhão, foi considerada como conta retificadora do ativo e passivo financeiro, que é a classificação técnica correta.



### *2.2.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais*

O grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”, da Administração Pública Estadual, teve a seguinte evolução em relação à Receita Corrente Líquida (RCL): em 2000 – 75,69%; em 2001 – 75,69%; em 2002 – 77,74% e em 2003 – 76,03% (**Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**).

A Tabela 8 exhibe a evolução do número de matrículas de servidores da Administração Direta e Indireta. Note-se: enquanto os Ativos tiveram queda acentuada, há expansivo crescimento do Pessoal Inativo. A variação do Pessoal Ativo, entre 1993 e 2003, foi na ordem de menos 29.727 matrículas, ou seja, de menos 12,66%. Quanto ao Pessoal Inativo, nesse mesmo período, houve crescimento extraordinário de 38.021 matrículas, ou seja, 44,35%. No tocante a Pensionistas, entre 1993 e 2003, ocorreu uma queda de 1.336 matrículas; ou seja, de -2,57%.

Entre 1993 e 2003, o Pessoal Ativo passou de 234.756 matrículas para 205.209 matrículas, um decréscimo de 12,66%. Nesse mesmo período, a população gaúcha passou de 9.370.531 para 10.512.283 habitantes, um aumento de 12,18% (IBGE). Constata-se forte enxugamento no quadro de Pessoal Ativo. Contudo, nesse mesmo interstício, houve um aumento de 36.052 novas matrículas de **Servidores da Educação**, ou seja, um aumento de 20,51%.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 8**  
**Número de Matrículas de Servidores da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul**

ÓRGÃOS	ESPECIFICAÇÃO	1993	2003	VAR. ABS. 2003 / 1993	VAR. % 2003 / 1993
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ATIVOS	176.040	175.791	-249	-0,14
	INATIVOS	75.831	114.314	38.483	50,75
	PENSIONISTAS	2.755	1.740	-1.015	-36,84
	<b>TOTAL</b>	<b>254.626</b>	<b>291.845</b>	<b>37.219</b>	<b>14,62</b>
FUNDAÇÕES	<b>Ativos</b>	<b>5.389</b>	<b>5.322</b>	<b>-67</b>	<b>-1,24</b>
AUTARQUIAS	ATIVOS	12.187	4.042	-8.145	-66,83
	INATIVOS	7.404	5.904	-1.500	-20,26
	PENSIONISTAS	49.169	48.689	-480	-0,98
	<b>TOTAL</b>	<b>68.760</b>	<b>58.635</b>	<b>-10.125</b>	<b>-14,73</b>
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	ATIVOS	41.140	19.874	-21.266	-51,69
	INATIVOS	2.504	3.542	1.038	41,45
	PENSIONISTAS	0	159	159	
	<b>TOTAL</b>	<b>43.644</b>	<b>23.575</b>	<b>-20.069</b>	<b>-45,98</b>
GERAL	ATIVOS	234.756	205.029	-29.727	-12,66
	INATIVOS	85.739	123.760	38.021	44,35
	PENSIONISTAS	51.924	50.588	-1.336	-2,57
	<b>TOTAL</b>	<b>372.419</b>	<b>379.377</b>	<b>6.958</b>	<b>1,87</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Destaca-se que as despesas com Pessoal do Poder Executivo estão em decréscimo contínuo em relação aos demais Poderes do Estado. A Tabela 9 mostra essa evolução.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 9**  
**Evolução Percentual na Participação dos Poderes nas Despesas com Pessoal Ativo e Inativo**

<b>Poderes</b>	<b>1996</b>	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Judiciário	8,7%	10,2%	11,3%	12,3%
Legislativo	4,9%	4,8%	5,2%	5,0%
Ministério Público	2,2%	3,1%	3,5%	4,2%
Subtotal	15,8%	18,1%	20,0%	21,5%
Executivo	84,2%	81,9%	80,0%	78,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Por fim, A **Tabela 10** exhibe o percentual das despesas com Pessoal Inativo da Administração Pública, que vem crescendo e já são maiores que às do Pessoal Ativo. Contudo merece atenção especial a nova legislação previdenciária, que alongou o tempo de permanência do pessoal no serviço ativo e pôs freio às futuras aposentadorias, diminuindo o ritmo do aumento do número de novos inativos.



**Tabela 10**  
**Participação Percentual de Ativos e Inativos em Relação à Despesa com Pessoal**

<b>Pessoal</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Inativo	50,24%	50,51%	51,28%	51,73%
Ativo	49,76%	49,49%	48,72%	48,27%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

### 2.2.2 Dívida Pública

A **Tabela 11** mostra a evolução da dívida do Estado no período entre 1970 e 2003. Em valores reais, essa cresceu 27,3 vezes. O estoque da dívida é atualizado mensalmente pelo IGP-DI mais 6% ao ano. O saldo da dívida apresenta uma trajetória estável de crescimento, comparado ao mesmo IGP-DI. No Governo Olívio (1999-2002), enquanto que o IGP-DI teve uma alta acumulada de 83,8%, a dívida cresceu 83,4%. No primeiro ano do Governo Rigotto (2003), o IGP-DI foi de 7,67%, e o aumento da dívida alcançou 7,57%.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 11**  
**Evolução do Estoque da Dívida Fundada (em R\$ milhão)**

<b>Governo</b>	<b>Ano Final</b>	<b>Valor Dívida (**)</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Varição Governo</b>
Perachi	1971	970	100	-
Triches	1974	2.123	219	119%
Guazelli	1978	3.887	401	83%
Amaral	1982	6.962	718	79%
Jair	1986	9.664	996	39%
Simon	1990	9.678	998	0%
Collares	1994	11.947	1.232	23%
Britto	1998	26.559	2.738	122%
Britto (*)	1998	21.487	2.252	83%
Olívio	2002	26.489	2.731	21%
Rigotto	2003	26.465	2.728	0%

Fontes: Balanço Geral do Estado / Secretaria da Fazenda.

(\*) Exclui a Operação Proes, de R\$ 4,711 bilhões (IGP-DI de dez/03).

(\*\*) Variável Estoque corrigido pelo IGP-DI, em dezembro de 2003.

Quanto aos pagamentos de juros e encargos mais amortização da dívida, em valores nominais, no último ano do Governo Britto (1998), foi desembolsado R\$ 1,790 bilhão ao ano. No Governo Olívio (1999 – 2002), foram pagos, em média, em valores nominais de R\$ 1,198 bilhão ao ano. No primeiro ano do atual Governo Gaúcho (ano de 2003), o Estado do Rio Grande do Sul comprometeu R\$ 1,422 bilhão (fonte: Secretaria da Fazenda do RS).

Em 2001 tais pagamentos representavam 13,6% da RCL; em 2002 alcançavam 14,2% da RCL; e em 2003 já somavam 14,7%.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

É prioridade na agenda do Governo Gaúcho, e de muitos outros estados da Federação, negociar com o Governo Federal um novo perfil de pagamento da dívida pública, condição indispensável para evitar uma crise aguda dos tesouros estaduais. No caso do Estado do Rio Grande do Sul, os montantes desembolsados, mensalmente, a título de juros e encargos mais amortizações, são desproporcionais à capacidade financeira de honrar tais compromissos, travando qualquer esforço maior no que tange à expansão dos investimentos e dos gastos sociais mais essenciais.

### 2.2.3 Transferências Constitucionais da União

O conflito de interesses entre os estados e o Governo Federal é uma realidade. Na verdade, o grande incremento da carga fiscal em relação ao PIB do País concentrou-se quase exclusivamente na esfera federal. Com efeito, a participação da receita tributária da União relativamente ao PIB passou de 16,12% em 1991 para 25,15% em 2002, fenômeno que se explica em função da criação de receitas não-compartilhadas com as demais esferas de poder federativo. Enquanto os estados brasileiros tiverem o crescimento de sua arrecadação, em média, acompanhando a variação do PIB estadual, a União deu um salto significativo na participação da receita tributária no PIB do País.

No caso do Rio Grande do Sul, a Tabela 12 mostra que entre 1994 e 2003 a variação do ICMS arrecadado acompanhou o PIB do Estado. A tabela mostra também um comparativo entre a carga tributária brasileira e do ICMS em relação, respectivamente, aos PIBs nacional e gaúcho.

**Tabela 12**  
**Comparativo Percentual da Evolução da Carga Tributária em Relação ao Produto Interno Bruto**

Especificação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 (*)	Varição 2003 / 1994
<b>Carga Tributária BR / PIB BR (*)</b>	28,61%	28,92%	27,92%	27,47%	29,33%	31,64%	33,28%	35,48%	36,45%	38,52	9,91%
<b>ICMS RS / PIB RS (**)</b>	6,55%	6,33%	6,13%	5,57%	5,81%	5,99%	6,45%	6,92%	6,65%	6,57%	0,02%

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

(\*) Os valores do PIB de 2003 são preliminares.

(\*\*) ICMS tributo.



Releva observar também que tem havido uma queda relativa das transferências da União ao Estado, pois, enquanto entre e 1998 e 2003 houve um crescimento nominal de 122,9%, as transferências federais cresceram somente 61,9%. A **Tabela 13** resume a informação a esse respeito.

**Tabela 13**  
**Evolução na Arrecadação do ICMS em Relação às Transferências da União**

Ano	ICMS	(%) ICMS	Transf. União	(%) Transf. União	(%) ICMS / Transf. União
1997	3.856.958	-	607.600	-	15,75%
1998	4.107.730	6,50%	557.900	8,18%	13,58%
1999	4.521.426	10,07%	562.600	0,90%	12,44%
2000	5.489.652	21,41%	668.600	18,78%	12,18%
2001	6.515.175	18,68%	752.600	12,56%	11,35%
2002	7.213.311	10,72%	844.900	12,26%	11,75%
2003	8.595.599	19,16%	983.700	16,43%	11,44%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

#### 2.2.4 ICMS

O ICMS tem um peso relativo sempre maior em relação às demais receitas do Estado, apresentando bom desempenho nos últimos anos. É um fenômeno nacional que teve como causa a atuação dos setores de combustíveis, telefonia e energia elétrica, como nos demais Estados, a arrecadação do ICMS é fortemente concentrada.

Ao tomar como referência a variação ocorrida entre 1994 e 2003, verifica-se que o ICMS cresceu 321,2% em termos nominais. Nesse mesmo período, pelo IGP-DI, houve um aumento de arrecadação de 8,9%. Entre 2002 e 2003 o crescimento nominal representou 19,2%, contudo, pelo IPG-DI, houve decréscimo de 2,70%, conforme Tabela 14, que resume a evidência disponível sobre a evolução do ICMS.



Tabela 14  
Evolução da Arrecadação do ICMS Tributo (em milhão de real)

Ano	Arrecadação Nominal	Varição Nominal s/ Ano Anterior	Arrecadação Corrigida IGP-DI	Varição Corrigida s/ Ano Anterior
1994	2.040,7	-	8.621,1	-
1995	3.395,6	66,39%	9.000,2	4,40%
1996	3.879,1	14,24%	9.246,3	2,73%
1997	3.856,9	-0,57%	8.533,7	-7,71%
1998	4.101,7	6,35%	8.734,3	2,35%
1999	4.521,4	10,23%	8.643,1	-1,04%
2000	5.489,6	21,41%	9.221,3	6,69%
2001	6.515,1	18,68%	9.921,2	7,59%
2002	7.213,3	10,72%	9.649,8	-2,74%
2003	8.595,6	19,16%	9.389,6	-2,70%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Salienta-se que, apesar de **não ter havido crescimento da economia brasileira em 2003**, o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul cresceu 4,7%, conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE). O setor exportador gaúcho (o agronegócio, principalmente) foi o impulsionador desse crescimento, com um volume de vendas 25,7% maior que o ano anterior (alcançando US\$ 8,01 bilhões), o qual consolidou o RS como segundo maior exportador brasileiro. Esse bom desempenho não se refletiu, contudo, no aumento de arrecadação. Com efeito, ao fim de 2003, o ICMS teve queda real (IGP-DI) de 2,70% em relação a 2002.

## 2.3 Outros Agregados Importantes das Contas Públicas

### 2.3.1 Desoneração das Exportações

O RS é o Estado que apresenta o maior índice exportador *per capita* entre os estados brasileiros e é o segundo maior exportador, conforme os dados de 2003 (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). A importância do setor exportador é essencial para o dinamismo econômico do



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Estado. Contudo, devido à imunidade sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar, a aceleração das exportações penaliza ainda mais a situação financeira do Estado.

Conforme estudo da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (Tabela 15), o Estado deixou de arrecadar, em 2003, R\$ 925 milhões por conta da desoneração das exportações; os municípios, outros R\$ 308 milhões, totalizando R\$ 1,233 bilhão. Caso se fizesse uma analogia com o déficit do Estado do RS – em torno de R\$ 1 bilhão/ano – o recolhimento desses valores aos cofres estaduais anularia o penoso desgaste com o fechamento das contas a cada exercício financeiro.

**Tabela 15**  
**Perda Estimada em 2003 pela Desoneração das Exportações (em R\$ milhão)**

<b>Especificação</b>	<b>Estado do RS</b>	<b>Municípios do RS</b>	<b>Total</b>
<b>Lei Kandir</b>	760	253	1.013
<b>IPI – Exportação</b>	165	55	220
<b>Soma</b>	925	308	1.233

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

O crescimento das exportações é, obviamente, salutar e tem como conseqüências imediatas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos, a entrada de divisas e a menor dependência do capital volátil para o fechamento das contas nacionais. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado de compensação às perdas tributárias dos Estados. Um fundo capaz de ressarcir as pesadas perdas tributárias em que estão a incorrer às entidades federadas.

### *2.3.2 Investimentos Públicos*

Como não poderia deixar de ser, as dificuldades fiscais do RS vem afetando a capacidade de investimento do setor público estadual. A **Tabela 16** exhibe a evolução da participação percentual dos investimentos efetuados, por Governo, em relação à RCL.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 16**  
**Participação Percentual de Investimentos, por Governo, em Relação à Receita Corrente Líquida**

<b>Governo</b>	<b>Triches</b>	<b>Guazelli</b>	<b>Amaral</b>	<b>Jair</b>	<b>Simon</b>	<b>Collares</b>	<b>Britto</b>	<b>Olívio</b>	<b>Rigotto (2003)</b>
<b>% Investido da RCL</b>	29,66%	29,13%	27,61%	19,08%	20,54%	13,07%	16,71%	7,23%	7,99%

**Fonte:** Balanço Geral do Estado do RS.

Conforme visto acima, nos últimos anos, os governos estaduais vêm reduzindo o déficit primário. Todavia, o preço dessa melhora na conta do primário é, socialmente, excessivamente alto, sobretudo quando se leva em conta a grande necessidade de investimentos públicos no Estado. A Tabela 17 mostra essa preocupante evolução.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 17**  
**Resultado Primário Anterior aos Investimentos na Administração Direta (em mil reais)**

ANO	PRIMÁRIO (A)	INVESTIMENTO (B)	(A) + (B)
1995	-300.966	385.409	84.443
1996	-583.701	453.399	-130.302
1997	-767.321	902.008	134.687
1998	-1.031.633	1.346.559	314.926
<b>Média</b>	<b>-670.905</b>	<b>771.844</b>	<b>100.939</b>
1999	-518.627	420.667	-97.960
2000	-324.198	589.109	264.911
2001	-96.452	562.644	466.192
2002	309.470	371.918	681.927
<b>Média</b>	<b>-157.452</b>	<b>486.085</b>	<b>328.768</b>
2003	192.989	419.545	612.534

Fonte: Balanço Geral do Estado.

Esses números revelam o ônus do ajuste fiscal em curso, tornando-os muito eloqüentes de se lembrar o rol de projetos de infra-estrutura que o Estado precisa implementar. Sem pretensão à exaustividade, podem-se citar, entre os desafios mais urgentes, os seguintes:

No **modal rodoviário**: o término da Rota-do-Sol; a duplicação da BR-101 (entre Osório-Torres/RS–Palhoça/SC); a duplicação da RS-118 (entre Gravataí e Sapucaia do Sul); uma alternativa para a BR-116 (entre Novo Hamburgo–Porto Alegre); uma alternativa para a ponte principal sobre o Lago Guaíba; o asfaltamento completo da BR-101 (até São José do Norte) e sua interligação ao Porto de Rio Grande, bem como a duplicação da BR-392/471 (entre Pelotas e Rio Grande).

No **modal aeroviário**, a construção de uma pista para transporte internacional de cargas.



No **modal hidroviário**: a modernização e revitalização dos portos interiores; o aprofundamento do calado; a manutenção e sinalização dos canais navegáveis, principalmente no trecho entre o Porto de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande; o aprofundamento do calado e a melhoria da sinalização do canal de acesso ao Porto de Rio Grande para que os navios operem 24 horas.

No **modal ferroviário**, a ligação direta entre a Região Metropolitana e o Porto de Rio Grande, bem como a construção de linha metropolitana de passageiros em direção à zona norte da Capital, com futura expansão para Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí (Projeto Linha 2 do Metrô / TRENURB).

No **modal dutoviário**, a conclusão do gasoduto Uruguaiana – Região Metropolitana e sua interligação aos diversos gasodutos brasileiros.

Ademais, o sistema viário do Estado do Rio Grande do Sul carece de um **sistema multimodal de transporte** e da construção de **centros logísticos multimodais** nos principais entroncamentos rodoviários, hidroviários e ferroviários.

Convém ressaltar, porém que as restrições orçamentárias, não permitem ao poder público implementar a totalidade de projetos necessários para sanear os gargalos acima apresentados, contudo, poderá abrir um caminho novo para realização desses investimentos.

## **2.4 Consulta Popular**

A Consulta Popular tem como instrumento fundamental os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), instituições que possuem uma larga tradição no debate sobre o problema do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Coube a eles, em parceria com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs), e outras entidades representativas da comunidade local, organizar as assembléias municipais, nas quais foram discutidas as prioridades de investimento. Com isso, preservou-se a autonomia do processo de participação popular. Ressalte-se que as assembléias para a definição de investimentos foram abertas a todos os cidadãos, com voz e voto. Nelas, foram debatidas as prioridades de investimentos e serviços de interesse municipal e regional. Essas prioridades foram remetidas a assembléias regionais, que, finalmente, definiram a cédula onde constaram as diferentes alternativas de investimentos e serviços submetidos à consulta popular.

O plebiscito popular, com voto universal em urna, realizado pela segunda vez nesta Administração, ao qual compareceram 581.115 pessoas, foi o ponto culminante desse processo. O número de eleitores aumentou em 25,7% em relação ao ano de 2004 e, no COREDE Noroeste Colonial, em especial, contou com 20,4% de participação dos eleitores da região na Consulta. Nesse plebiscito, cada cidadão definiu, dentro de um montante de mais de R\$ 325 milhões disponibilizados, as prioridades de gastos do Estado para sua cidade e região. O resgate do instrumento plebiscitário, utilizado pela primeira vez na Consulta Popular de 1998 e retomado no exercício passado, consolida a posição de vanguarda do Rio Grande no que diz respeito aos instrumentos de participação popular na elaboração do orçamento público.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

A Consulta Popular, legalizada em 2003, é um mecanismo de fortalecimento e aprimoramento da democracia. Ressalte-se que essa inovação institucional serve também de base para a política estadual de Combate às Desigualdades Regionais, eis que as regiões com menores índices de desenvolvimento fazem jus a um maior montante de recursos por habitante. As tabelas a seguir informam a distribuição dos recursos de investimento e serviços entre as diferentes regiões do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

abela 18  
Despesas Correntes e de Investimentos Alocadas por COREDE (Em R\$)

COREDES	COREDE		IDESE		Despesas Correntes por Corede (A)	Despesas Capital por Corede (B)	Total de Despesas da Consulta Popular (A + B)	Total Despesas por Habitante em R\$
	Qtd. Mun.	População	Índice	Faixa				
Serra	33	767.528	0,7938	1,0	11.793.598,00	5.898.080,00	17.691.678,00	23,05
Vale do Rio dos Sinos	14	1.232.831	0,7832	1,0	19.477.062,00	8.583.151,00	28.060.213,00	22,76
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.365.670	0,7799	1,0	32.935.418,00	16.762.459,00	49.697.877,00	21,01
Alto Jacuí	14	159.995	0,7544	1,0	2.122.332,00	1.442.553,00	3.564.885,00	22,28
<b>Subtotal</b>	<b>71</b>	<b>4.526.024</b>			<b>66.328.410,00</b>	<b>32.686.243,00</b>	<b>99.014.653,00</b>	<b>21,88</b>
Produção	34	430.439	0,7463	1,3	6.545.500,00	3.885.797,00	10.431.297,00	24,23
Fronteira Noroeste	20	208.106	0,7449	1,3	4.369.972,00	2.004.902,00	6.374.874,00	30,63
Norte	31	218.760	0,7373	1,3	4.591.517,00	2.015.701,00	6.607.218,00	30,20
Hortênsias	11	196.684	0,7365	1,3	4.033.800,00	2.171.960,00	6.205.760,00	31,55
Noroeste Colonial	32	307.216	0,7329	1,3	6.022.146,00	3.243.560,00	9.265.706,00	30,16
Vale do Taquari	37	309.577	0,7298	1,3	5.903.758,00	3.172.840,00	9.076.598,00	29,32
<b>Subtotal</b>	<b>165</b>	<b>1.670.782</b>			<b>31.466.693,00</b>	<b>16.494.760,00</b>	<b>47.961.453,00</b>	<b>28,71</b>
Missões	25	259.164	0,7285	1,6	6.339.224,00	3.189.184,00	9.528.408,00	36,77
Central	28	506.010	0,7278	1,6	12.314.100,00	6.548.994,00	18.863.094,00	37,28
Fronteira Oeste	13	560.611	0,7273	1,6	13.998.945,00	7.043.571,00	21.042.516,00	37,53
Sul	22	842.138	0,7260	1,6	18.400.187,00	9.957.416,00	28.357.603,00	33,67
Campanha	7	217.458	0,7200	1,6	4.257.947,00	2.261.397,00	6.519.344,00	29,98
Vale do Caí	19	156.259	0,7190	1,6	3.858.833,00	2.018.353,00	5.877.186,00	37,61
Nordeste	23	133.765	0,7133	1,6	2.657.417,00	2.380.804,00	5.038.221,00	37,66
<b>Subtotal</b>	<b>137</b>	<b>2.675.405</b>			<b>61.826.653,00</b>	<b>33.399.719,00</b>	<b>95.226.372,00</b>	<b>35,59</b>
Jacuí-Centro	7	148.438	0,6989	1,9	4.605.077,00	2.232.125,00	6.837.202,00	46,06
Vale do Rio Pardo	22	401.502	0,6980	1,9	11.159.697,00	6.321.188,00	17.480.885,00	43,54
Centro-Sul	17	241.558	0,6953	1,9	5.840.079,00	3.215.633,00	9.055.712,00	37,49
Litoral	21	257.021	0,6921	1,9	5.952.468,00	3.878.086,00	9.830.554,00	38,25
Paranhana-Encosta da Serra	10	192.220	0,6914	1,9	5.528.260,00	2.964.515,00	8.492.775,00	44,18
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.053	0,6637	1,9	3.468.516,00	1.243.934,00	4.712.450,00	44,86
Médio Alto Uruguai	30	180.130	0,6533	1,9	5.332.252,00	2.656.676,00	7.988.928,00	44,35
<b>Subtotal</b>	<b>123</b>	<b>1.525.922</b>			<b>41.886.349,00</b>	<b>22.512.157,00</b>	<b>64.398.506,00</b>	<b>42,20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>496</b>	<b>10.398.133</b>			<b>201.508.105,00</b>	<b>105.092.879,00</b>	<b>306.600.984,00</b>	<b>29,49</b>

Fontes: População: Anuário Estatístico FEE/2002

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - FEE

Elaboração: Secretaria da Coordenação e Planejamento



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 19**  
**Comparativo dos Investimentos Previstos pelo Governo e pela Consulta Popular (Em R\$)**

COREDES	COREDE		IDESE		Investimentos da Consulta Popular por Região (A)	Investimentos Governamentais por Região (B)	Investimentos Totais (A + B)	Investimentos Totais (A+B) por Habitante
	Qtd. Mun.	População	Índice	Faixa				
Serra	33	767.528	0,7938	1,0	5.898.080,00	25.620.387,00	31.518.467,00	41,06
Vale do Rio dos Sinos	14	1.232.831	0,7832	1,0	8.583.151,00	18.901.435,00	27.484.586,00	22,29
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.365.670	0,7799	1,0	16.762.459,00	114.218.446,00	130.980.905,00	55,37
Alto Jacuí	14	159.995	0,7544	1,0	1.442.553,00	13.481.517,00	14.924.070,00	93,28
<b>Subtotal</b>	<b>71</b>	<b>4.526.024</b>			<b>32.686.243,00</b>	<b>172.221.785,00</b>	<b>204.908.028,00</b>	<b>45,27</b>
Produção	34	430.439	0,7463	1,3	3.885.797,00	22.571.348,00	26.457.145,00	61,47
Fronteira Noroeste	20	208.106	0,7449	1,3	2.004.902,00	16.697.235,00	18.702.137,00	89,87
Norte	31	218.760	0,7373	1,3	2.015.701,00	23.754.581,00	25.770.282,00	117,80
Hortênsias	11	196.684	0,7365	1,3	2.171.960,00	48.540.261,00	50.712.221,00	257,84
Noroeste Colonial	32	307.216	0,7329	1,3	3.243.560,00	19.752.575,00	22.996.135,00	74,85
Vale do Taquari	37	309.577	0,7298	1,3	3.172.840,00	8.936.732,00	12.109.572,00	39,12
<b>Subtotal</b>	<b>165</b>	<b>1.670.782</b>			<b>16.494.760,00</b>	<b>140.252.732,00</b>	<b>156.747.492,00</b>	<b>93,82</b>
Missões	25	259.164	0,7285	1,6	3.189.184,00	9.751.677,00	12.940.861,00	49,93
Central	28	506.010	0,7278	1,6	6.548.994,00	52.734.381,00	59.283.375,00	117,16
Fronteira Oeste	13	560.611	0,7273	1,6	7.043.571,00	8.441.772,00	15.485.343,00	27,62
Sul	22	842.138	0,7260	1,6	9.957.416,00	27.068.122,00	37.025.538,00	43,97
Campanha	7	217.458	0,7200	1,6	2.261.397,00	10.767.415,00	13.028.812,00	59,91
Vale do Caí	19	156.259	0,7190	1,6	2.018.353,00	12.476.845,00	14.495.198,00	92,76
Nordeste	23	133.765	0,7133	1,6	2.380.804,00	10.062.626,00	12.443.430,00	93,02
<b>Subtotal</b>	<b>137</b>	<b>2.675.405</b>			<b>33.399.719,00</b>	<b>131.302.838,00</b>	<b>164.702.557,00</b>	<b>61,56</b>
Jacuí-Centro	7	148.438	0,6989	1,9	2.232.125,00	6.925.043,00	9.157.168,00	61,69
Vale do Rio Pardo	22	401.502	0,6980	1,9	6.321.188,00	44.625.852,00	50.947.040,00	126,89
Centro-Sul	17	241.558	0,6953	1,9	3.215.633,00	6.206.423,00	9.422.056,00	39,01
Litoral	21	257.021	0,6921	1,9	3.878.086,00	65.319.966,00	69.198.052,00	269,23
Paranhana-Encosta da Serra	10	192.220	0,6914	1,9	2.964.515,00	10.115.673,00	13.080.188,00	68,05
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.053	0,6637	1,9	1.243.934,00	14.992.168,00	16.236.102,00	154,55
Médio Alto Uruguai	30	180.130	0,6533	1,9	2.656.676,00	11.616.079,00	14.272.755,00	79,24
<b>Subtotal</b>	<b>123</b>	<b>1.525.922</b>			<b>22.512.157,00</b>	<b>159.801.204,00</b>	<b>182.313.361,00</b>	<b>119,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>496</b>	<b>10.398.133</b>			<b>105.092.879,00</b>	<b>603.578.559,00</b>	<b>708.671.438,00</b>	<b>68,15</b>

Nota: Quando se destaca a palavra "investimentos", está implícito "investimentos mais inversões financeiras".

Fontes: População: Anuário Estatístico FEE/2002

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - FEE

Elaboração: Secretaria da Coordenação e Planejamento



## 2.5 A Distribuição da Despesa entre as Áreas Governamentais

A Tabela 20 retrata a distribuição da despesa entre as áreas do Governo. Essa distribuição, que - descontadas as dotações destinadas à cobertura dos Encargos Financeiros do Estado, do Fundo de Reserva Orçamentária e das Despesas dos Outros Poderes do Estado - abrange 54,90% da despesa orçamentária, evidencia que a área social receberá 65,52% do total de recursos disponíveis, totalizando R\$ 6,215 bilhões. Essa participação relativa atesta o empenho do governo estadual em garantir os gastos com a área social. De outra parte, a área administrativa deverá contar com 20,85% das dotações, equivalentes a R\$ 1,977 bilhão, enquanto a área econômica absorverá R\$ 638,9 milhões, equivalentes a 6,74% do montante global a ser distribuído entre as quatro áreas. Por fim, à área de infra-estrutura caberá R\$ 654,3 milhões, o que equivale a 6,90% do total. Observe-se, igualmente, que do total do orçamento os encargos financeiros absorvem 31,31% e os demais poderes, não incluídos entre as áreas, 13,36%.

**Tabela 20**  
**Distribuição da Despesa entre as Áreas da Administração Direta e Indireta**

<b>ÁREAS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>% S/TOTAL ÁREAS</b>	<b>% S/TOTAL</b>
Social	6.215.100.116,00	65,52	35,97
Infra-Estrutura	654.315.446,00	6,90	3,79
Administrativa	1.977.531.039,00	20,85	11,45
Econômica	638.949.354,00	6,74	3,70
<b>TOTAL DAS ÁREAS</b>	<b>9.485.895.955,00</b>	<b>100,00</b>	<b>54,90</b>
Encargos Financeiros	5.408.864.362,00		31,31
Fundo de Reserva Orçamentária	75.040.000,00		0,43
Outros Poderes	2.307.976.574,00		13,36
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>	<b>17.277.776.891,00</b>		<b>100,00</b>



## **2.6 Considerações Finais**

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul enfrentam dificuldades estruturais. A superação desse quadro exige, além do controle da despesa e da melhora dos investimentos arrecadatórios, uma reforma do pacto federativo, cuja primeira etapa deve ser a reforma tributária incluindo-se no escopo desta última uma nova política de compromisso das perdas tributárias dos Estados exportadores.

Com efeito, no curto e no médio prazo, é fundamental ao Estado conseguir: (i) reduzir os dispêndios com o pagamento da Dívida Pública; (ii) melhorar a partição da carga tributária com a União; (iii) obter compensações adequadas pela desoneração das exportações; (iv) bem como persistir na política de controle do gasto e busca da eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

Não há soluções miraculosas à vista. Face às dificuldades que se colocam à frente, o caminho é redobrar a disciplina fiscal e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Para isso, é fundamental contar com a colaboração de toda a Sociedade Gaúcha e a sinergia de todos os Poderes constituídos deste Estado.



### 3 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005

A proposta Orçamentária para 2005, ora levada à apreciação da egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, foi montada com base nas previsões constantes do Plano Plurianual 2004-2007 e da LDO 2005.

Tanto no Plano Plurianual quanto na presente Proposta Orçamentária, projetou-se que o crescimento da economia gaúcha em 2005 deverá ser de 4%, o mesmo percentual previsto em relação ao desempenho da economia nacional.

A Proposta Orçamentária para 2005 assumiu também que o resultado orçamentário no próximo ano somente obtido se viabilizadas as receitas extraordinárias previstas nesta peça, notadamente (i) o incremento substancial dos ressarcimentos a serem obtidos no marco da denominada Lei Kandir – R\$ 502,7 milhões, (ii) o recebimento de valores referentes a investimentos feitos pelo Estado em rodovias federais – R\$ 489,2 milhões, assim como (iii) a contratação de uma operação de crédito especial destinada a reduzir os ônus do endividamento público – R\$ 450,0 milhões.

#### 3.1 Estimativa da Receita

A projeção da receita para o exercício de 2005, apresentada através da Tabela 21 e da Tabela 22, compreende a receita da Administração Direta com seus principais agregados, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

**Tabela 21**  
**Projeção de Receita da Administração Direta e Indireta para 2005 (em R\$)**

Receita	Total	Administração Direta	Autarquias	Fundações
Receitas Correntes	16.451.086.644,00	14.601.898.487,00	1.760.815.617,00	88.372.540,00
Receita de Capital	826.690.247,00	778.666.797,00	36.716.500,00	11.306.950,00
Receita Total	17.277.776.891,00	15.380.565.284,00	1.797.532.117,00	99.679.490,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Tabela 22**  
**Principais Agregados da Projeção da Receita da Administração Direta e Indireta para 2005 (em R\$ milhões)**

ESPECIFICAÇÕES DAS RECEITAS	VALORES
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>16.451.086.644,00</b>
1.1 ICMS	9.894.043.460,00
1.2 IPVA	683.646.612,00
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	552.683.577,00
1.4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	558.412.351,00
1.5 IPI-EXPORTAÇÃO	320.277.900,00
1.6 SALÁRIO-EDUCAÇÃO	110.382.613,00
1.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EXPORTAÇÃO	314.325.000,00
1.8 CIDE TOTAL	108.376.319,00
1.8 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.676.065.807,00
1.9 DEDUÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEF	1.232.873.005,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>826.690.247,00</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	606.326.217,00
2.2 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	220.364.030,00
<b>TOTAL GERAL BRUTO</b>	<b>17.277.776.891,00</b>

Quanto ao ICMS, principal tributo estadual, estima-se para 2005 uma receita total, incluindo Multas e Dívida Ativa, de R\$ 9,89 bilhões. Esse montante ultrapassa a previsão de arrecadação do tributo no ano de 2004, de R\$ 9,35 bilhões, em R\$ 540 milhões. Essa perspectiva de arrecadação foi estimada levando-se em consideração o crescimento do PIB/RS em 2005, como observado anteriormente, em 4 %, e o fato de o ICMS ser um tributo concentrado em alguns produtos cujos preços tendem a superar a inflação, como é o caso dos combustíveis, da energia e da telefonia.

Para as **Receitas de Capital**, a Proposta Orçamentária estima um montante total de R\$ 826,7 milhões. A previsão efetiva de realização de tais receitas ao final deste exercício de 2004 é de R\$ 480,0 milhões.



### 3.2 Fixação da Despesa

A projeção para fixação da despesa da Administração Direta mais Indireta para o ano de 2005 é de R\$ 17,3 bilhões, distribuída conforme a Tabela 23.

**Tabela 23**  
**Valores Orçados por Grandes Agregados, em R\$ milhões**

GRANDES AGREGADOS DA DESPESA	VALOR ORÇADO DA DESPESA PARA 2005
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.165.507.565,00
MANUTENÇÃO	3.739.649.233,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS	2.896.626.510,00
SERVIÇO DA DÍVIDA	1.452.121.084,00
DESPESA DE CAPITAL	948.832.498,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.040.000,00
DESPESA TOTAL	17.277.776.890,00

A previsão das despesas com **Pessoal e Encargos Sociais** é de R\$ 8,166 bilhões e representa um crescimento de 8,02% quando comparado ao valor orçado para o presente exercício de 2004, de R\$ 7,560 bilhões. Já, comparativamente à estimativa de fechamento desse grupo de despesa ao final do presente exercício, prevê-se um crescimento, de aproximadamente, 13,45%.

Com relação ao grupo **Outras Despesas Correntes**, destacam-se as **Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios**, as quais, incluindo-se os repasses do chamando Salário-Educação, alcançam o montante de R\$ 2,89 bilhões. O gasto previsto com **Outras Despesas Correntes** alcança R\$ 3,74 bilhões, montante que supera a despesa fixada no Orçamento de 2004 em 27,65%.

A **Despesa de Capital**, no montante de R\$ 948,8 milhões, representa investimentos de 7,00% da Receita Corrente Líquida. Esse valor reflete: (i) fluxo de desembolso dos empréstimos internacionais que dão sustentação aos programas RS-Rural, PNMRE e de expansão de rodovias com financiamento do BID; (ii) a pressão por novos investimentos decorrente da Consulta Popular; e (iii) a realização com recursos próprios de projetos e obras de importância ímpar no contexto estadual como são as obras da Rota do Sol e da RS 471.



## **ANEXOS**

**I – Vinculações de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

**II - Vinculações de Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>Anexo I</b>			
<b>Vinculações de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>			
<b>Origem dos Recursos</b>	<b>Valor (R\$ 1,00)</b>	<b>Aplicações (*)</b>	<b>Valor (R\$ 1,00)</b>
1 - Impostos Estaduais	10.860.579.363	1 - Aplicação de Recursos na Secretaria da Educação	2.952.624.128
1.1 - ICMS	9.579.422.390	1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.662.581.322
1.2 - IPVA	656.359.342	1.2 - Outras Despesas Correntes	262.422.167
1.3 - IRF	552.683.577	1.3 - Despesas de Capital	27.620.639
1.4 - ITCD	70.935.881	2 - Aplicações de Recursos no Conselho Estadual de Educação	280.916
1.5 - ITBI	1.178.173	2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	0
		2.2 - Outras Despesas Correntes	230.916
2 - Transferências da União	878.690.251	2.3 - Despesas de Capital	50.000
2.1 - Cota-Parte do FPE	558.412.351	3 - Aplicação de Recursos em Entidades Vinculadas (FADERS e FETLSVC) + Segurança nas Escolas	32.764.289
2.2 - Cota-Parte do IPI-Exportação	320.277.900	3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.442.499
		3.2 - Outras Despesas Correntes	4.249.840
3 - Participação dos Municípios	2.803.693.830	3.3 - Serviço da Dívida	64.000
3.1 - ICMS (25%)	2.394.855.598	3.4 - Despesas de Capital	325.200
3.2 - IPVA (50%)	328.179.671	3.5 - Segurança nas Escolas	7.682.750
3.3 - ITBI (50%)	589.087	4 - Aporte do Estado ao FUNDEF	206.863.995
3.4 - IPI-Exportação (25%)	80.069.475		
		5 - Aplicações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (**) (1+2+3+4)	3.192.533.328
4 - Receita Líquida de Impostos e Transferências (1+2-3)	8.935.575.784	Relação Aplicações em Educação/RLIT	35,73
5 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (35% do item 4)	3.127.451.524		

(\*) Recursos Tesouro Vinculados pela Constituição (Recurso 0002) e FUNDEF (Recurso 1025)

(\*\*) As aplicações a que se refere o item 5 não incluem o Salário-Educação no valor de R\$ 110.382.613,00 (Recurso 0292)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo II

Vinculações de Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde			
Receita	Valor (R\$ 1,00)	Despesa	Valor (R\$ 1,00)
1 - Receita Líquida de Impostos e de Transferências para efeito de cálculo da vinculação constitucional com Ações de Saúde	8.934.986.698	1 - Dotação Total da Secretaria da Saúde e FEPPS (Recurso do Tesouro)	814.405.596
		2 - Aplicações Previstas em Ações e Programas de Saúde de Outros Órgãos	257.792.808
2 - 12% da Receita Líquida de Impostos e de Transferência para efeito de cálculo da vinculação constitucional com Ações de Saúde	1.072.198.404	Total Previsto de Aplicações em Ações de Saúde	1.072.198.404
		Aplicações em Ações de Saúde/RLTI para efeito de cálculo da vinculação com Ações de Saúde	12,00

